

Público

02-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 651

Imagem: S/Cor

Página (s): 4

# Passos Coelho lança congresso do PSD para Fevereiro em noite de catarse

Direcção do partido esperava críticas dos conselheiros nacionais sobre escolhas de candidatos ou a gestão mediática que o Governo fez da lei das 40 horas. Castigos aos dissidentes prometiam aquecer o debate

**Partidos**  
Sofia Rodrigues

Numa jogada de antecipação aos críticos que pediam um congresso mais cedo do que o previsto, Passos Coelho lançou ontem a data para Fevereiro de 2014, com as obrigatórias eleições directas para o líder, um mês antes. O calendário foi conhecido e anunciado na Comissão Política pouco antes do início do Conselho Nacional em que se esperavam algumas críticas fortes sobre o dossier das autárquicas.

Na proposta da direcção do PSD, o congresso decorre quase dois anos depois do último (Março de 2012), no prazo que já tinha sido avançado antes das eleições autárquicas.

Na reunião do Conselho Nacional de ontem à noite, que decorria à porta fechada (e que terminou depois da hora de fecho desta edição), a direcção do PSD esperava críticas dos conselheiros sobre as escolhas dos candidatos ou a forma como o processo autárquico foi gerido, mas não mais do que isso. "O partido sabe que não pode haver uma crise política nesta altura", observou um dirigente social-democrata. À entrada, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, apelou à união do partido e colocou a prioridade no país. "O que está em causa é o país", afirmou aos jornalistas, sustentando que se devem evitar "tricas e golpes palacianos" dentro e fora do partido. E apontou baterias ao PS e à proposta da mutualização da dívida, lançada por António José Seguro: "Nenhum dos 14 parlamentos europeus apoia isso nem os socialistas".

Se Teixeira da Cruz deixou uma mensagem de tranquilidade para os sociais-democratas há quem não poupe a actual liderança por ter deixado ir em frente escolhas das estruturas locais do partido em candidaturas como a de Fernando Seara em Lisboa, Pedro Pinto em Sintra ou Luís Filipe Menezes no Porto. E apontam o dedo a Jorge Moreira da Silva, coordenador autárquico, notando a sua ausência na noite eleitoral de domingo. Para alguns sociais-democratas ouvidos pelo PÚBLICO, é o ministro do Ambiente que tem de ser responsabilizado pela derrota e não o actual número dois do partido, Marco António Cos-



Pedro Passos Coelho criticou TC nas reuniões dos órgãos directivos dos sociais-democratas

## Primeiro-ministro pressiona TC

### Intervenção inicial aos conselheiros nacionais

Passos Coelho voltou ontem a pressionar o Tribunal Constitucional. Na intervenção inicial que fez aos conselheiros nacionais do PSD, o primeiro-ministro apelou à colaboração de todos os órgãos de soberania para Portugal poder concluir o programa de assistência financeira.

Esta ideia foi confirmada pelo porta-voz do PSD, Marco António Costa, em declarações aos jornalistas após a intervenção de Passos Coelho. "Era útil que todos os órgãos de soberania

estivessem empenhados na conclusão do programa de assistência e para que Portugal possa sair desta situação", disse, sem referir o nome do Tribunal Constitucional. Mas lá dentro Passos Coelho foi mais claro e falou directamente no órgão de soberania que já travou várias medidas do Governo. Em causa estão a lei das 40 horas (sobre a qual já há pedido de fiscalização) e os cortes nas pensões do Estado (que os partidos admitem contestar) e que são consideradas de risco. **S.R.**

ta. Mas as críticas também sobram para o Governo por ter mantido no espaço público medidas como a lei das 40 horas ou os cortes nas pensões. "É preciso ser muito estúpido um Governo que anuncia [durante a campanha] que a lei das 40 horas entra em vigor no dia seguinte às autárquicas", indignou-se um social-democrata.

Outro dos temas que certamente terá aquecido a reunião de ontem foi o dos castigos a aplicar a militantes que apoiaram candidatos independentes em listas adversárias do PSD. Miguel Pinto Luz, presidente da distrital de Lisboa, exigiu que figuras como António Capucho, candidato pelo Movimento de Marco Almeida em Sintra, fossem sancionadas pelo partido. Segundo os estatutos, os militantes que se candidatarem em listas concorrentes às do PSD cessam a inscrição no partido. Não se

trata de expulsão do partido, mas sim de um processo administrativo que tem por base o edital do tribunal em que é publicada a candidatura em causa. António Capucho lembrou, em declarações ao jornal *Sol*, que se o partido tomar esse tipo de decisão terá de aplicar a mesma a outras figuras como Rui Rio, que não apoiou Menezes.

Sociais-democratas contactados pelo PÚBLICO temem que os resultados das eleições europeias penalizem ainda mais o PSD por não terem o factor local das autárquicas. Sem isso, "o PSD nem elege três eurodeputados", desabafou um deputado. Para suavizar essa onda negativa, o PSD anunciou alguns detalhes para preparar o acto: vai escrever em conjunto com o CDS um manifesto eleitoral, organizar debates e promover a participação dos portugueses na construção das propostas.